

ATA NÚMERO NOVE
(Reunião Extraordinária)

Aos vinte dias do mês de maio do ano dois mil e catorze, reuniu o Conselho Geral, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária com 3.º CEB José Macedo Fragateiro, pelas dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência da Presidente do Conselho Geral, Maria de Lurdes Ferreira, para dar cumprimento à ordem de trabalhos:

Ponto um: Período antes da ordem do dia.

Ponto dois: Que perspectivas de evolução da rede escolar em Ovar?

Foi aprovada a ata nº 8.

Ponto um: A Presidente do Conselho Geral deu conhecimento de um documento enviado pela entidade, Em Defesa da Escola Pública, intitulado *Apelo Em defesa da Escola Pública* e informou os conselheiros que podem subscrever o mesmo se concordarem com o seu teor.

De seguida, o conselheiro José Lopes apresentou a sua posição em relação à vinda do eurodeputado Paulo Rangel à Escola José Macedo Fragateiro para participar no Dia da Europa (9 de maio). Este conselheiro referiu que, “considerando a representatividade das comunidades escolar, educativa e local do Conselho Geral, não pode este órgão de gestão do Agrupamento, deixar de manifestar junto da Senhora Diretora e da Presidente do Conselho Geral, uma recomendação, no sentido, de se evitarem situações como a que resultou dos convites a deputados europeus só da área do Governo, tanto mais, num período de campanha eleitoral para o Parlamento Europeu. Um episódio que manchou, pelo menos publicamente, o Dia da Europa na escola Secundária José Macedo Fragateiro como escola pública, e como ficou patente em posicionamentos de contestação que chegaram à Comissão Nacional de Eleições. Uma situação que podia e deveria ser evitada para salvaguardar e valorizar o trabalho e a iniciativa do respetivo grupo de docentes, que assim se viram envolvidos, numa polémica lamentável, que este Conselho Geral não pode deixar de se pronunciar.”

Perante esta posição, a Diretora do Agrupamento esclareceu que a vinda deste deputado estava inserida numa atividade prevista no Plano Anual de Atividades dinamizada pelo grupo disciplinar de Geografia. Referiu que, o eurodeputado veio à escola falar sobre a Europa e da sua vivência pessoal, permitindo aos alunos terem uma aula diferente do contexto habitual e nunca com intenção de fazer campanha política. Realçou ainda que, na comemoração dos Quarenta Anos do Vinte e Cinco de Abril, o grupo disciplinar de História também trouxe à escola, uma representante dos presos políticos. Isto demonstra que a escola está aberta a qualquer ideologia política, o que importa é que a atividade esteja contemplada no Plano Anual de Atividades do Agrupamento.

O conselheiro Francisco Bernardo acrescentou que a operacionalização do Plano Anual da Atividade é proposto e participado pelos vários grupos disciplinares mas a sua execução cabe à Diretora. Dai a intervenção da Diretora ser legítima. No entanto, pessoalmente preferia que pudessem aparecer políticos de vários quadrantes. Contudo, referiu que, em momento algum, assistiu a uma campanha eleitoral. Mencionou que nas suas aulas de História quando aborda este assunto, fá-lo com menos eloquência que o convidado.

A presidente do Conselho Geral concorda que as atividades promovidas pelo Agrupamento devem ser abertas à comunidade educativa, tornando-se uma mais-valia. Nesta perspetiva, aproveitou o momento para elogiar a iniciativa promovida pelos auxiliares da ação educativa sobre o patrono da Escola António Dias Simões. Considera que todas estas iniciativas são enriquecedoras para o Agrupamento.

O conselheiro Guilherme Enguião, como pai e encarregado de educação, considerou mais grave estarem fora do portão da escola outros políticos a fazerem campanha eleitoral.

A conselheira Teresa Andrade transmitiu a sua opinião, enquanto encarregada de educação de um aluno, que participou na preparação do guião de entrevista nas aulas de Geografia. Afirmou que a temática faz parte do Programa do 12.º ano, não se tratando de uma campanha política.

Face ao exposto, o conselheiro José Lopes pediu que a sua posição constasse na ata como uma declaração.

Ponto dois: O conselheiro José Lopes para iniciar a discussão deste ponto, leu um documento, por si elaborado e que será transcrito: “Gostaria de começar por lembrar que, quando se apresentou este ponto para debate no Conselho Geral – “Que perspetivas de evolução da rede escolar em Ovar?” e que papel da EB António Dias Simões? Ainda que fosse consensual a necessidade de um tal debate, houve quem considera-se poder ser extemporâneo, por não haverem suficientes elementos sobre estas preocupações. Ora, esta é exatamente a questão! Há ou não elementos que permitirão, nesta fase final do ano letivo, tirar algumas conclusões? Ou, como aliás é habitual, as coisas mantêm-se no segredo dos deuses, para serem impostas por decreto à margem de qualquer envolvimento e debate das comunidades, neste caso, dos próprios conselhos gerais!

Como a experiência tem sido infelizmente esta, resta-nos fazer perguntas! Perguntas que estão claramente sintetizadas na designação do ponto para esta reunião extraordinária.

Mas se outras razões não houvessem para justificar este ponto, os episódios do início do ano letivo anterior, sobre a disputa de alunos do 4º ano (Centro Educativo dos Combatentes) pela escola secundária Júlio Diniz, seriam só por si suficientes. Tanto mais, quando o processo não parece ter ficado resolvido e assumido pelas partes envolvidas. Uma vez que se volta a falar

do assunto. Em que ficamos então? O ano letivo está no fim e o próximo está certamente a ser planeado! Não teremos o direito e a competência de saber o que se passa? Para nos pronunciarmos naturalmente!

Não menos importante, porque acaba por estar interligado, é saber que papel está reservado nisto tudo à EB António Dias Simões. Reconhecendo aliás, que no estado degradante em que está, não é certamente uma escola atrativa, acabando até por isso, por fomentar e abrir portas a eventuais tentativas de serem criadas alternativas, nomeadamente através da pressão de lóbis. Tal cenário, que não é especulativo. É infelizmente cada vez mais próximo de cenários resultantes de mais cortes na educação, tem implicações naturalmente, mesmo ao nível de possíveis investimentos nesta escola do Ministério da Educação.

Sem se vislumbrar que futuro está reservado para esta Escola, com certeza que acabará por poder beneficiar apenas de obras “tipo” remendos, que não alteram grandemente a questão de fundo.

Assim sendo, parece que o que é preciso, é saber o que pretendem os primeiros responsáveis da coisa pública, e neste caso da gestão de equipamentos escolares, relativamente às escolas do ex. 2º e 3º ciclo, cada vez mais reduzidas ao 2º ciclo:

- Como rentabilizar estes equipamentos?
- Que projetos inovadores para dignificarem estes espaços escolares?
- Como atrair e coabitar com outros projetos ou serviços públicos no âmbito da educação, a exemplo da problemática do autismo, que recentemente se discutiu aqui?”

A conselheira Teresa Andrade pediu a palavra, após a intervenção do conselheiro José Lopes. Alertou que, é necessário ter cuidado com as palavras utilizadas na abordagem de determinados assuntos, pois, a forma como se dizem as coisas, pode suscitar uma interpretação incorreta para quem não está integrado dentro do sistema educativo. Referiu ainda que, a escola não é apenas, o espaço físico mas também o grupo de profissionais, docentes e não docentes, que fazem parte dela. Considerou que, a opção dos encarregados de educação escolherem determinada escola para os seus educandos, tem em conta, a qualidade de ensino que a escola oferece. Relatou a experiência vivenciada através de uma encarregada de educação que se mostrou satisfeita com o grau de exigência deste estabelecimento de ensino. Acrescentou que, a escola na avaliação externa tem obtido resultados acima da média nacional na disciplina de Português. Questionou a ida dos alunos do 2.º ciclo para a Escola Secundária Júlio Dinis, na medida em que, esta não tem capacidade de resposta e Ovar tem apenas uma escola de 2.º ciclo. A conselheira falando, em nome pessoal e dos docentes que abordou, considerou inoportuno a Unidade de Autismo funcionar na António Dias Simões (ADS), pelos seguintes motivos: esta escola não tem espaços disponíveis para integrar várias

turmas do pré-escolar e do 1.º ciclo, uma vez que os alunos teriam de ser distribuídos por diferentes turmas; tal situação originaria um prolongamento no horário semanal do 2.º ciclo. Ainda neste ponto, a conselheira informou que os encarregados de educação preferem uma escola, apenas de 2.º ciclo. Concluiu que, apesar de concordar que a escola necessita de obras, neste momento, tendo em conta a diminuição da população escolar, o importante é manter a escola aberta e com qualidade.

O conselheiro Guilherme Enguião subscreveu as palavras da conselheira Teresa Andrade.

De seguida, o conselheiro Francisco Bernardo afirmou que concordava com a conselheira Teresa Andrade e considera pertinente o documento lido pelo conselheiro José Lopes. No entanto, apesar de não centrar a sua reflexão na degradação dos espaços físicos da escola ADS, é de opinião que a mesma necessita de uma intervenção. Da sua posição há a considerar os seguintes aspetos: a mudança da Unidade de Autismo requer uma reflexão ponderada; deve haver prudência na constituição de turmas e ter em conta os mínimos legais; o encerramento de escolas do 1.º ciclo só deve ocorrer, no caso, de o grupo ter menos de 10 alunos; não deve haver outro Centro Escolar além do existente; manter a ADS como escola de 2.º ciclo e a Escola José Macedo Fragateiro como escola de 3.º ciclo e secundário.

A Diretora do Agrupamento questionou o conselheiro José Lopes quando referiu que, o início do presente ano letivo na ADS foi atribulado. A mesma considerou que, o arranque do ano letivo, funcionou em pleno, de forma serena de acordo com o calendário estipulado. Em relação, às imagens fotográficas, contemplando vários espaços físicos degradados da ADS, enviadas pelo conselheiro José Lopes a todos os conselheiros, a Diretora do Agrupamento afirmou que, apesar da realização do trabalho fotográfico ter sido elaborado fora do horário de trabalho deste conselheiro, esperava que o mesmo, tivesse sido, apenas, divulgado aos elementos do Conselho Geral. Acrescentou que, é preciso ter em conta, que as remodelações efetuadas anteriormente, não foram por si decididas. Informou ainda que, a Escola Secundária Júlio Dinis pretende ficar com duas turmas de 5.º ano. Contudo, para que isto aconteça, a tipologia do edifício tem que ser alterada pelo Secretário de Estado e como não tem autorização superior da tutela para enviar os processos de matrícula dos alunos para esta escola, não o fará, contrariamente ao que aconteceu no ano letivo transato. Mencionou ainda que, na reunião que participou, não sentiu sensibilidade da tutela para que tal se verifique. Informou os conselheiros que o Centro Escolar dos Combatentes foi construído com o objetivo de se encerrarem as escolas de S. Miguel, Torrão do Lameiro, Carregal e Ribeira. Em relação ao 1.º ciclo, questionou-se se seria pedagogicamente adequado a escola do Torrão do Lameiro manter-se aberta, tendo, oito ou nove alunos e se, em termos de dinâmica de sala de aula, não seria uma violência para o professor titular trabalhar os diferentes anos de

escolaridade com, apenas, nove alunos. A previsão de encerramento de escolas de 1.º ciclo será a do Torrão do Lameiro, apesar da Câmara Municipal não o querer. Finalizou a sua intervenção, referindo que o Parque Escolar do Agrupamento possui pouco recursos económicos e os estabelecimentos de ensino, na sua generalidade, precisam de obras.

O conselheiro José Lopes justificou que a elaboração do trabalho fotográfico tinha como objetivo documentar a degradação da ADS.

Os conselheiros propuseram que a Comissão Permanente elaborasse um documento para a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, no sentido de reforçar a necessidade de intervenção na ADS para segurança de todos. As imagens fotográficas anexadas funcionariam como comprovativo dos pontos elencados no referido documento.

A conselheira Cláudia Torres interveio referindo que, concorda com o que tinha sido dito anteriormente e que na sua opinião ainda há muito a fazer junto do Pré-escolar e do 1.º ciclo, como por exemplo, a distribuição dos alunos, conservação de escolas... De acordo com esta conselheira, os encarregados de educação preferem que a ADS se mantenha uma escola de 2.º ciclo e não defendem que a Unidade de Autismo funcione na ADS, tendo em conta o desfasamento do nível etário.

A conselheira Margarida Cardoso concorda com as reflexões dos conselheiros referidos, anteriormente, nomeadamente no que se refere à questão das instalações e conservação dos estabelecimentos escolares. Mencionou o exemplo da EB S. João onde existe falta de adequação das instalações sanitárias para as crianças da educação pré-escolar. Referiu-se também falta de espaços uma vez que o Polivalente é usado para refeitório, atividades de expressão físico motora e também serve de espaço para brincadeiras em dias de chuva.

Não estiveram presentes na reunião os seguintes conselheiros: Rui Polónia, Manuel Silva, Teresa Dias, António Gonçalves, Ana Cunha, António Costa, Bruno Oliveira, Francisco Andrade, João Duarte e Francisco Tavares. E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

A Secretária

Teresa Andrade

A Presidente da Reunião

Maria de Lurdes Ferreira